



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Szapiro, Ana Maria; Féres Carneiro, Terezinha
Construções do Feminino Pós Anos Sessenta: O Caso da Maternidade como Produção Independente
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 15, núm. 1, 2002
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18815119>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Construções do Feminino Pós Anos Sessenta O Caso da Maternidade como Produção Independente

Ana Maria Szapiro^{1,2,3}

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Terezinha Féres-Carneiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo

Este trabalho examina a representação do feminino nos discursos sobre a maternidade através de entrevistas com cinco mulheres pertencentes aos extratos médios urbanos e que relataram ter tido seus filhos como “pais solteiros” nos anos sessenta e setenta. As entrevistadas eram profissionais de nível superior, entre quarenta e cinqüenta anos de idade, tiveram filhos entre os anos de oitenta e viveram, como experiência geracional, as discussões de cunho libertário e feminista dos anos sessenta. Os resultados mostraram que as entrevistadas partilham de um mesmo ethos, apresentando os mesmos valores e crenças quanto ao tema da liberdade e à liberdade, e quanto ao lugar tradicionalmente destinado à mulher na maternidade. A “produção independente” apareceu como uma tentativa de construção de um novo lugar para a mulher, a partir do reconhecimento da maternidade feminina, submetida, entretanto, ao universo dos valores do individualismo moderno.

Palavras-chave: Feminino; “produção independente”; individualismo; desejo de filho; procriação.

Feminine Constructions after The Sixties: The Issue of Optional Single Motherhood

Abstract

This article examined the feminine representation through the speeches of five middle class, urban women. All the subjects interviewed were between forty and fifty years old, were professionals, had university degrees, having had their children as single mothers in the eighties. Their generation experienced the discussions of the sixties. The results showed that the subjects shared the same ethos and presented similar values concerning independence, freedom and the place traditionally assigned to women as mothers. The optional single mother appeared as an attempt to build a new place for women, starting from the acknowledgement of maternal values subjected, however, to the universe of modern individualism values.

Keywords: Feminine; “optional single motherhood”; individualism; desire to have a child; procreation.

Este artigo analisa a problemática da “produção independente”, experiência de maternidade que surgiu com esta denominação nos anos sessenta e setenta no Brasil. Para este efeito entrevistamos mulheres que assim denominaram sua experiência de mães, procurando analisar, através dos seus discursos, alguns aspectos que dizem respeito às construções do feminino, como destacamos no título.

Considerando a “produção independente”

metade do século XX. Estas mudanças trouxeram uma inflexão profunda nos valores de liberdade e de autonomia dos indivíduos.

Dentre as mais recentes e impactantes mudanças nas mentalidades da sociedade contemporânea, colocando em questão alguns valores tradicionais do indivíduo, devemos destacar a igualdade entre homens e mulheres.

simbólica da filiação e da ancestralidade. A “produção independente” demanda analisar as implicações de um complexo trabalho de construção. Sendo complexo, devemos levar em conta não só as dimensões que são peculiares a cada época em que se produzem, mas também aquelas que dizem respeito às singularidades de interpretações feitas por cada indivíduo. Nossos dilemas são próprios à época em que vivemos mas, ao mesmo tempo, não podem ser reduzidos a explicações que não levem em conta tais singularidades que escapam à razão e que, por sua vez, nos apontam o inesperado e o criativo de cada um de nós, como nos propõe a perspectiva contida na tese freudiana sobre a natureza da relação entre o homem e a cultura (Freud, 1930).

“Produção Independente”: Os Limites da Igualdade

Com relação à discussão sobre a igualdade entre homens e mulheres, atravessamos todo o século questionando os princípios da divisão sexual nos espaços do público e, depois no privado. A crescente feminização da sociedade moderna ao longo de todo o século não eliminou, contudo, formas, nem sempre sutis, de segregação da mulher no mundo do trabalho, formas que permanecem até os nossos dias.

Os primeiros discursos de lutas das mulheres pela melhoria de condições de trabalho, já desde o século dezenove, sinalizavam que o debate sobre a relação homem–mulher estava definitivamente colocado na agenda de discussões sobre as desigualdades sociais. No Brasil, as primeiras lutas trabalhistas e sufragistas das mulheres datam do final do século dezenove e das primeiras décadas do século vinte, e, ainda que restritas às questões do trabalho, introduziram na sociedade brasileira o debate sobre a desigualdade na relação homem-mulher e sobre a opressão dos homens sobre as mulheres. As lutas das mulheres inscreviam-se no interior das lutas das minorias em geral, apoiando-se na crença da existência de um indivíduo racional universal.

A descrição biológica moderna da diferença sexual (século XVIII) é baseada em conceitos hereditários e

Iguais na natureza, possuindo, portanto, direitos políticos e jurídicos e, ao mesmo tempo, diferentes biologicamente diferentes, homens e mulheres, para formar parte da moderna sociedade de cidadãos. Se a ancoragem biológico pôde sustentar, a partir das razões da diferença, persistiu, entretanto, o discurso igualitário, fundado na natureza do indivíduo, e a interpretação social da diferença que continuou a colocar a mulher em uma posição inferior ao homem. Os novos corpos e as relações sociais diferentes, justificados pela mesma posição da mulher na procriação.

O novo modelo biológico, como resultado (1990), ao deslocar as representações do gênero e do sexo para um discurso racional, científico e universal, conforme aos ideais universalizantes, fazia uma marca cultural da representação de uma nova figura da mulher presente no modelo antigo, reafirmando a virilidade como fator diferencial no novo sistema representacional dos corpos e da imagem da especificidade da mulher: ela, a maternidade, a vida.

Interpretada como obstáculo à igualdade, enquanto diferença irredutível, foi colocada em discussões nas diversas correntes do movimento feminista num debate que atravessou toda a segunda metade do século XX. A partir dos anos sessenta, os discursos de importantes representantes do feminismo aprovaram a proposição de que a maternidade era uma condição da qual toda mulher deveria ter direito, porque seria exatamente nesta condição que a mulher seria submetida a uma maior opressão pelo homem. Escapar da maternidade também não era para a mulher, não mais aceitá-la como uma opção, e sim concebê-la como uma escolha livre e consciente.

questão de reprodução humana, o que tem resultado em des-subjetivá-la, e reduzi-la ao fato biológico. Esta não é a abordagem deste trabalho. Queremos retomar a maternidade na sua irredutibilidade simbólica, irredutibilidade que encerra o sentido da procriação humana.

A “produção independente” nos conduz, também, a pensar na questão da monoparentalidade que, por sua vez, constitui um dispositivo de análise importante para compreensão das novas formas de transmissão geracional que daí podem emergir. Reafirmando a separação entre sexualidade e reprodução, a “produção independente” dos anos sessenta e setenta pode ser interpretada como uma ante-sala das novas tecnologias de reprodução, mas indica, sobretudo, como pudemos constatar através dos discursos das entrevistadas, um momento de questionamento quanto ao lugar da mulher na sociedade moderna. Este questionamento é consequência da adesão ao projeto individualista moderno, da crescente presença das mulheres no mundo público- até os primeiros anos do século XX, um território masculino - e dos progressos da ciência biológica no campo da reprodução humana.

Os recursos contraceptivos que surgiram nos anos sessenta - a pílula anticoncepcional, em particular – se, por um lado, vieram atender à demanda crescente de liberdade da mulher, por outro mobizaram também todo um campo desejante, ligado à procriação, seja no homem, seja na mulher. Para Tort (1995), o controle da concepção, quando se torna possível cientificamente, modifica as condições inconscientes de emergência do desejo de filho.

Individualismo, Feminismo e Feminino

D: “Eu disse: não estou ligando pra te pedir nada... eu só estou te informando, porque isto é um direito que você tem... eu nunca vou te procurar... agora não estou fechando nenhuma porta, a hora que você quiser conhecê-la... eu acho que é um direito que você tem... Ele nunca procurou...”

A questão do individualismo enquanto ideologia

Quanto ‘as sociedades modernas’ querem a igualdade mas também a desigualdade, apresenta o desequilíbrio entre o que é permitido e o que é proibido, para outra divisão, aquela entre o que é permitido e o que é proibido, para outra divisão, aquela entre o impossível hoje e o possível amanhã (Ehrenberg, 1998). Este deslizamento de normas e valores do imaginário onde o homem acredita em si mesmo, para além dos limites da realidade, não mais determinado pelo passado, pelo futuro.

A crença na liberdade de escolha é uma transformadora da idéia de individualismo, que é o fundamento do imaginário moderno. Na medida em que a liberdade é sempre um valor que não pode ser negado, qualquer constrangimento ao indivíduo, geralmente vivido com sofrimento, é repudiada. A liberdade de escolha é o princípio fundamental do individualismo moderno.

A constituição do sujeito moderno, segundo Freud, é tributária da noção de liberdade de escolha. No imaginário libertário, como expõe Sennett (1980) apontou como um dos principais motivos da crise do estado de mobilização narcísica.

Assim, a idéia da liberdade de escolha é a base da crença na autonomia do indivíduo, que é o princípio fundamental do individualismo moderno. Os valores ligados às relações interpersonais são considerados independentes e irreversíveis, e as injunções sociais, o indivíduo é considerado como portador de direitos, como dono de si mesmo, como senhor absoluto de seu destino, anterioridade frente ao outro.

Isto se faz ao preço da sua liberdade. O que se observa na questão da “produção independente”, é que a liberdade de escolha parece negar o caráter de dupla natureza do filho – (todo filho é filho de dois pais).

casamento e à maternidade a causa da opressão das mulheres pelos homens. Beauvoir (1980) dizia que a maternidade favorecia o exercício da dominação masculina. Trinta anos depois da publicação de sua obra, o Segundo Sexo, em entrevista a Schwarzer (1985) ela sugere que: ... “se a mulher quiser ter filhos, ...é melhor que os tenha sem casar, porque o casamento é a maior armadilha” (p.72).

As lutas das mulheres no final do século dezenove reivindicando mecanismos de proteção relativos a necessidades de regulamentação das suas condições de trabalho na Inglaterra e nos EUA, defendendo direitos de liberdade para escravos, ou ainda discutindo o direito ao voto, as conhecidas lutas de cunho sufragista, foram todas lutas de cunho libertário. A adesão ao projeto igualitário foi se impondo, ao mesmo tempo que, com o avanço do capitalismo industrial, constituiu-se mais definitivamente a divisão de valores entre dois mundos: o mundo da produção e o mundo da esfera doméstica, privada. As mulheres, embora de modo desigual em relação aos homens, estavam incluídas simultaneamente nas duas esferas.

No mundo da produção, as mulheres passaram a lutar por leis e direitos iguais aos dos homens. Perceberam-se enquanto indivíduos inseridos no mundo da produção, num mundo marcado, entretanto, pela desigualdade entre homens e mulheres. Os discursos próprios dessas lutas constituíram o movimento de mulheres do século XX, acentuando-se, sobremodo, nos anos sessenta com o questionamento da desigualdade entre homens e mulheres nas esferas pública e privada. Estes foram anos de intensas discussões em torno das questões ligadas à liberdade. A idéia de que haveria uma sociedade sem repressão, sociedade onde os indivíduos poderiam ser felizes, a idéia, portanto, de que a causa da infelicidade humana estava no caráter repressor da sociedade, foi a tônica dos discursos dos movimentos da época. Liberdade identifica-se com felicidade.

Observaram-se, então, mudanças quanto às expectativas

eminente social, uma prova de esforço para a boa fortuna individual, na medida da supremacia da liberdade, a prova de amizade, a prova de amar o outro, mas a si mesmo!

Nas transformações da família, o vazio também acentuou traços narcísicos. Na procriação, o imaginário libertário do homem produziu um discurso de repúdio a qualquer forma de dominação masculina sobre as mulheres, sobre a maternidade que, portanto, as mulheres assumiram.

Assim, a mulher, para ser igual ao homem, negar-se à experiência que, na natureza biológica, e no sentido mesmo do imaginário, designa o lugar específico da mulher. Não é um novo lugar para a mulher, a maternidade, que é ser incluída não mais como destino inevitável, mas como projeto a ser ou não realizado.

Com o advento da pílula anticoncepcional, a mulher ofereceu à mulher a liberdade de ter filhos quando quisesse. Ficar grávida, antes da descoberta dos contraceptivos, particularmente da pílula, era um acontecimento, na maior parte das vezes, controlado pela mulher. Cibia ao homem a instância, a decisão. A gravidez da mulher era controlada pelo desejo do homem. A gravidez era controlada pelo ato sexual, a sexualidade estava vinculada à procriação.

Com a pílula esta situação se inverteu. (a pílula, em especial), contribuíram para a liberdade das mulheres com relação ao desejo das mulheres com relação ao desejo dos homens. Quando a maternidade pôde ser planejada, o ato sexual pôde passar a ser somente uma experiência de prazer, desligada da procriação. A pílula, como recurso, transformou a maternidade em uma opção. Talvez tenha sido, num certo sentido, o ponto de partida para o discurso feminista. A prática da contracepção é um tipo de esterilidade voluntária.

objeto da partilha familiar, que resiste à equalização ou equiparação individualizante, apesar de todos os avanços biomédicos e tecnológicos disponíveis” (p.36). O autor se refere aqui a um constrangimento biológico próprio que, apesar das transformações nos modos de pensar, permanece e traz um ponto de tensão no interior da família moderna, tensão entre um imaginário de relações igualitárias individualizantes e uma subjetividade hierarquizada pela impossibilidade de repartição de algumas tarefas próprias à maternidade, apesar das formulações e experiências muito em voga nos anos setenta como o surgimento do *casal grávido* (Salém, 1985).

Apesar de não analisar a questão nos termos propostos por Dumont (1993) quanto aos efeitos da ideologia individualista, Bourdieu (1990), discutindo o problema da dominação masculina como uma forma de violência simbólica, chama atenção para o fato de que alguns argumentos em defesa da igualdade frente aos homens, contidos nos discursos feministas, reproduzem categorias próprias à lógica de dominação masculina. O autor ressalta que estes argumentos mostram estruturas conscientes e inconscientes, construídas em conformidade com o modo de estruturação presente na relação de dominação masculina que é imposta às mulheres.

Procriação ou Reprodução?

Do ponto de vista da cultura há, como já mencionamos acima, uma identificação entre as representações de mulher e de mãe, identificação pela qual ser mãe seria o destino natural a todas as mulheres. Não nos esqueçamos que a mulher perfeita no Antigo Testamento é fecunda, mãe e dedicada à casa.

As sociedades modernas obedecem a um sistema de transmissão patronímico, o que determina a atribuição do nome do pai ao filho. Como argumenta Héritier (1996), todas as sociedades humanas fundam suas regras de filiação - quaisquer que sejam estas regras - sobre suas interpretações do fato biológico. Ou seja, do ponto de vista da cultura

homem e uma mulher com advém deste encontro. No biológico, homem e mulher t... de um embrião... A partir destes importantes nos sistemas de filiação hoje.

De qualquer maneira, é interessante notar que, em qualquer circunstância humana, seja em cultura, uma questão se impõe: quem tem direito a um patrimônio simbólico permanente, que situarem num sistema de filiação? Um lugar no grupo ancestral, que funciona como suporte fundamental, porta de entrada única para a continuidade da cultura. O patrimônio simbólico é que une uma nova geração a deter direitos simbólicos que pertencem ao seu grupo, e a estabelecer, dentro da cultura, uma hierarquia cultural. Por outro lado, pertence ao indivíduo a sujeição às interdições de um sistema social que faz instar cada ser humano a ser singular e mesmo a tentar escapar a este sistema, sempre de modo insatisfatório.

O que acontece quando o sistema de filiação baseado no fato biológico é que se apaga a dimensão da ancestralidade. Na verdade, é a cultura que determina as regras da cultura que dizem respeito ao fato biológico. As regras da cultura que determinam a filiação, que determinam constrangimentos e privilégios, que determinam inclusões que o indivíduo “liberado” da biologização da procriação fundamentalmente não pode escapar aos limites simbólicos.

Numa análise sobre os sistemas de filiação, Héritier (1996) sustenta que a cultura define a sociedade humana que tem uma consideração única da reprodução. É a cultura que reconhece a esta o mesmo estatuto socialmente definida. Todas as culturas possuem suas regras de filiação sobre o fato biológico, constituem uma idéia de filiação que é sempre

o indivíduo da sua própria história, o passado passou a trazer uma forma de dominação, de mal-estar e de constrangimento. Trazendo a história vivida por cada um, o passado relança o indivíduo num mundo marcado pelas histórias que o antecederam (seus antepassados), que constituem sua dimensão de transcendência, seus determinantes intersubjetivos.

Aqui, encontramos a tese freudiana segundo a qual o sujeito se funda na cultura, numa alteridade, se constitui a partir de um outro. Para Freud, as primeiras marcas psíquicas do sujeito humano surgem a partir da experiência de um corpo, porque o eu é, antes de tudo, eu corporal, é um precipitado de identificações que dão prova da inegável presença de um outro como fundamento. Vale lembrar Birman (1997) quando argumenta que, nos termos formulados por Freud, o sujeito nunca é causa de si mesmo!

Método

Participantes

Participaram como sujeitos da pesquisa cinco mulheres pertencentes a extratos médios urbanos que diziam ter escolhido ser mães, apesar ou independente da aceitação do parceiro, e que se referiam a si mesmas como mães de “produção independente”. Outro critério que norteou a escolha das entrevistadas foi o de sua localização em termos de experiência geracional, já que estávamos interessadas em investigar a problemática desta experiência de maternidade, que surgiu a partir dos discursos libertários e feministas dos anos sessenta e setenta. Todas as entrevistadas tiveram seus filhos na década de oitenta, e suas histórias de vida situam suas experiências de juventude nestes anos. As mulheres que participaram deste estudo são todas profissionais de nível superior. Elas tinham, à época das entrevistas, entre quarenta e cinqüenta anos e vieram todas de cidades pequenas, seja do interior do Estado do Rio de Janeiro ou do interior de outros estados do Brasil.

entrevistadas, foram gravadas com áudio digitalizadas, mesmas e posteriormente transcritas. As gravações eram bastante longas, se constituíam em narrativas contínuas, onde as pessoas contavam suas histórias de vida, sempre a experiências de infância e adolescência, os relacionamentos com suas famílias de origem, entre outros. Um pequeno roteiro inicial que serviu apenas para orientá-las, para, caso necessário, tentar abordar temas mais importantes que, eventualmente, não tiveram tempo de serem tratados durante a entrevista.

Interações verbais freqüentes entre as entrevistadas também contribuíram para a construção de contextos amplos e significativamente relevantes, relativos ao dia-a-dia e aos específicos contextos culturais das entrevistas.

A partir das histórias de vida foram feitas anotações e realizada uma análise das seguintes dimensões dos discursos:

- desejo de filho
- masculino e feminino, ou seja, as representações de gênero e de gênero que se colocou foi: como estas mulheres pensam sobre si a questão da diferença de gêneros?
- a conjugualidade possível: nesta dimensão, procuramos analisar as representações construídas a respeito das relações amorosas, ainda considerando a ideologia individualista e do discurso feminista.

Procuramos analisar, através destas dimensões, os valores presentes nos discursos que, a nossa opinião, são possíveis a emergência da experiência de maternidade “produção independente”.

A opção metodológica foi feita com o intuito de atingir os objetivos do estudo de procurar apreender, registrar, descrever e analisar as experiências, as memórias e as perplexidades presentes nos discursos das mulheres, como produções subjetivas nas suas dimensões social, cultural e ideológicas. Ou seja, procurou-se identificar a experiência de maternidade, colocando-a no contexto da “produção independente” como um acontecimento socialmente.

Este discurso sobre o filho que se decidiu ter, sustenta-se na idéia de que ter um filho é uma decisão racional.

N: “*Na realidade, eu achava que... Sempre achei, e isso faz parte da nossa geração... De pessoas que foram militantes e que tiveram... Que a gente achava que era complicado botar um filho no mundo, com os valores que existiam na época...e tudo*”

T: “*E aos 36 anos o médico chegou e falou que eu não podia mais tomar pílula, eu falei: olha eu acho que eu sou uma coelha, tenho que fazer alguma coisa pra evitar...*”

N: “*Eu acho que a criança “pintou” pra mim na hora certa. Na hora que não causou nenhum problema eu ficar em casa por causa do filho, entende? O filho “pintou” na hora certa, na hora que eu tinha maturidade para ter filho. Antes eu não tinha...*”

Esta crença na idéia da maternidade como decisão racional ou opção, produziu como efeito na subjetividade, o recalcamento da dimensão simbólica da procriação, em favor de explicações biológicas que asseguram nos discursos a certeza de que o fato da gravidez é algo perfeitamente racional. Se o filho “pintou” - e aqui o discurso deixa escapar o desejo, o que poderia significar um não controle -, N. logo acrescenta que “pintou” na hora certa, quando ela já tinha maturidade. Tudo volta, assim, a estar sob controle, e, por isto foi possível decidir ter o filho. Por outro lado, N diz que a gravidez não causou nenhum problema, ela podia ficar em casa, ou seja, a gravidez não é afirmada diretamente em sua positividade, mas é sustentada através do argumento de que, naquele momento, não causaria nenhum problema. Talvez por ser o testemunho irrefutável da diferença e da especificidade da mulher, na afirmação da igualdade o desejo de filho não pode ser diretamente formulado.

F: “*...eu acho que na maioria das relações a mulher é muito oprimida... Até porque a mulher não tem visão do poder dela. Essa coisa do homem é milenar, o homem grita, o homem manda.*”

F: “*...Eu acho que tem a coisa do papel da mulher ter se realizado, essa coisa de ter desenvolvido a função, aquela coisa, eu tenho útero, eu posso procriar... (...) Minha mãe era diferente de todas as mães, era totalmente diferente, minha mãe fazia tudo, dirigei a casa, cozinha,洗地, fazia a faxina, fizemos a casa...*”

de sensibilidade, que eu acho que homem até por causa disso, que n que existe uma questão biológica.

O mesmo dispositivo de saber a diferença sexual e, como disse hierarquia natural entre os sexos, os processos de reprodução e de intervenção possível sobre elas mudanças importantes. A idéia da questão da decisão sobre a infertilidade, que não se quer porque ainda não se sabe se é devido a discussão sobre as condições ideais para se desejar um filho, são questões que surgiram a partir desse uso de tecnologias contraceptivas:

T: “*Eu trabalhava... Então n pra ter filho, né?*”

Entretanto, neste imaginário regulado biologicamente, a manifestação inconsciente se dá em um acontecimento (a gravidez) inesperado, por oposição a um

T: “*E aí eu passei a tomar pílulas, meu segundo relacionamento, eu sabia aquela coisa esqueci de tempo, horas da manhã, e nessa, mas pra assumir... não era pra ser aborto... aquilo tudo foi muito doloroso... tive uma hemorragia e eu cheguei à certeza? E ele disse: “vai fazer aborto” E eu vi...porque você vê, não vê, vi aquilo e depois fui fazer um aborto, muito mal, por dentro!! Eu falei pra minha vida inteira...*”

D: “*Daí, eu conheci um rapaz que não havia condições. Financeiramente impossível manter aquela gravidez, me senti muito mal com aquilo. Eu falei pra minha vida inteira...*”

uma chance, eu estou tendo uma segunda chance, será que eu vou ter uma terceira chance?"

Diferentemente do desejo, a decisão de querer ter ou não o filho, não necessita passar pela decisão do parceiro, é individual. Este é o segundo aspecto a ressaltar e que aparece nos discursos das mulheres quando se referem ao fato de que resolveram ter o filho independentemente do parceiro. Entretanto, ao mesmo tempo em que afirmavam esta autonomia, contraditoriamente, sinalizavam, também, para a importância da participação do parceiro, inclusive na questão do ato de registrar, de dar um nome, que apenas para D. não foi possível. Mesmo quando, como no caso de K., o pai para o seu filho poderia ser qualquer um, seu parceiro registrou o filho, fato que ela considerou natural, já que era ele o pai natural!

F: "... meu projeto era ter o filho, o pai ficou rolando, do jeito que, ele saiu de casa, entendeu? Então nós tínhamos relações, às vezes nós tínhamos relações, porque tinha um vínculo... eu com meu companheiro, um vínculo sexual muito forte... Não houve nenhum tipo de participação dele..."

K: "... e hoje eu percebo até que não foi consciente, mas foi assim a única forma ou talvez a forma mais fácil e rápida de eu tê-lo só para mim, porque era uma pessoa que não assumia nada, eu, desde o primeiro momento... eu engravidou na primeira transa... Na realidade, às vezes eu olhava pra ele e dizia assim: Ah! O que eu quero é o filho, entendeu? Mesmo porque era uma época mesmo de muitos problemas nos casamentos, todo mundo separando... E eu achava muito mais tranquilo não ter, do que ter uma confusão depois. Dividir a criança, confundir a criança... porque, no fundo, era o filho que eu queria... Eu não suporto é a sagrada família... Mas naquele momento a gente tinha que registrar, não tinha essa coisa de, era meu filho e dele. Era nosso filho mesmo. Então ele foi lá e registrou... Tinham uma coisa do prazer em ter aquele filho, não conseguiu é manter nada, né? Se perdeu no meio do caminho, começou a disputar comigo."

T: "porque a gente era assim, um namoro... eu tô assim até hoje, eu gosto... se ele chegar hoje pra mim e falar: vamos? Eu vou! Só não vou porque ele não fala mais... E aí a gente ficou meio

Assim, as mulheres se colocavam na decisão que, como tal, não dependia delas se bastassem a si mesmas para afirmarem sua autonomia, atribuíram ou aos deuses a explicação sobre a grandeza que esperavam. Porém, se, do ponto de vista individualista, a decisão remete a cada um, individualmente, a condição de incompletude, portanto, na medida em que voltar-se para um outro que possa completá-lo ... E, neste aspecto, todas reivindicavam, de uma forma mais explícita, o nome do pai para os seus filhos!

Este é o dilema que surge nos discursos de “produção independente”. Biologicamente se quer ou não levar adiante a gravidez, como fazer um filho não é, para o sujeito meramente biológico, há todo um campo que se revela nos discursos. E, neste ponto, um outro, parte deste ato:

T: "...Porque aí eu saberia qual a postura
não quero ser pai, não vou reconhecer, tua
pra mim como pai, ia ser muito difícil eu me
mas eu acho que eu mataria ele como pai mas
eu acho que aí, provavelmente ele assim me
também... Porque foi um momento de mim
minha relação com o pai dela foi exatamente
amor, e ela representa a possibilidade de eu posso

N: "...até o momento que ela não tem, ela v

narcísica (Freud, 1914), onde a maximização do valor individualista não permite arriscar-se a possibilidades de frustração na relação com os demais. O esforço de racionalizar o sentimento com relação ao outro é transmitido em muitos momentos nos discursos. Como resultado deste acentuado olhar para si mesmo, que Sennett denomina mobilização narcísica, cultivar e defender a liberdade pessoal diante das experiências sociais e amorosas que funcionam, imaginariamente, como instrumentos de opressão, parece estar se tornando um modo de viver, pelo menos nesta subjetividade:

N: “*Meu pai e minha mãe viveram bem cinqüenta anos, apaixonadíssimos. Quer dizer, eu fui casada com um cara que era apaixonado por mim... Eu me casei até pra satisfazer a eles, aos meus pais, porque não tinha necessidade alguma de eu me casar... eu não queria, achava que era besteira... Toda geração contesta a anterior, a minha geração foi aquela geração feminista.... porque nada me assegurava que... eu tinha medo que, na medida em que “melasse” a relação da gente, ele se afastasse dela. Porque acontece, a única relação duradoura é com filho, mesmo... É um casamento que você não separa, né? Ainda mais mãe...”*

T: “*O meu pai não tem nada de machista, primeiro que a mulher está sempre ao lado dele, namora a minha mãe até hoje... E assim aconteceu, eu namorei ele, de vez em quando, a gente se namorava, quando a gente conseguia se ver, a gente se via. E foi a pessoa assim que eu só tive momentos bons, porque durante todo este relacionamento que a gente teve, esse, sei lá esse namoro, nunca foi cobrado nem de minha parte nem da parte dele nada, tipo onde você foi, porque você não veio... Nunca teve cobrança. Porque eu tive relacionamentos fortes antes dele que me cobravam muito, e eu sempre detestei essa história de ser cobrada, até daí a minha necessidade da minha independência, da minha liberdade...”*

T: “*eu, às vezes, pensava: vou largar tudo e ir embora com P., mas aí pensava a minha história da minha liberdade, da submissão... Eu casaria, eu acho que eu casaria ... eu não sei se casaria porque chega num determinado ponto que a gente já se habitua tanto aos seus hábitos, às suas manias, eu acho que eu*

Considerações finais

Tentando compreender de que forma a liberdade de ter um filho se articula nas circunstâncias de uma “mãe independente”, como, na época, era considerada a figura da maternidade, podemos concluir que esta era uma saída para a liberdade de muitas mulheres, uma saída diante da pressão social que impõe ao homem o desejo de tornar-se mãe. Este é um dos resultados da discussão sobre a independência feminina que apareceu através da gravidez e do nascimento de filhos que aconteceu, da obra dos deuses, da sorte, da chance. Gravidez - surpresa que é sempre uma experiência bem-vinda e, por isto, preservada na memória das entrevistadas. As mulheres que afirmavam que a experiência de gravidez e parto era uma experiência de completude para a mulher eram as entrevistadas...

A situação de independência feminina que se pretende fazer face à idéia de liberdade de ter um filho é, portanto, é parte do imaginário feminino que se articula no discurso feminista sobre a liberdade de ter filhos. Vamos comentarmos aqui. Então, para a liberdade de ter filhos é independente - seja lá o que isto significa para a liberdade de ter filhos das entrevistadas - é condição para a liberdade de ter filhos. O que fica evidenciado nos discursos das entrevistadas é exceção, fizeram sobre o fato de ter filhos, ou seja: é agora ou nunca mais.

Gostaríamos ainda de chamar a atenção para o fato de que uma das entrevistadas, quando perguntada se ela teria reconhecido sua filha não reconhecesse a criação da filha.

“*ele assim me matasse com um momento de muito amor, podia ser que eu não reconhecesse a criação da filha, mas eu sabia que dela foi exatamente isso, momento de amor, possibilidade de eu poder guardá-la...”*

Ela coloca no reconhecimento da criação da filha a confirmação de sua condição de liberdade. Ela prova de que ali existiu um casamento de amor... Reconheceu a criação da filha, mas não reconheceu a criação da filha...

retirar do discurso da “produção independente” alguns elementos que anunciam, de certa forma, o imaginário que legitima as novas tecnologias de reprodução. Acreditamos que sim. Queremos nos referir precisamente à autonomização da sexualidade em relação à reprodução, que observamos ter se dado a partir do advento dos contraceptivos e da maximização dos valores individualistas nas sociedades modernas.

Presente na experiência da “produção independente” a autonomização entre sexualidade e reprodução permitiu, como analisamos, que a problemática da procriação fosse reduzida aos termos da reprodução biológica, termos em que vem sendo tratada. Com o alento e a esperança que a ciência oferece ao sonho humano de superar situações anteriores que impossibilitavam a procriação, constituiu-se a demanda de filhos possíveis no universo destas novas tecnologias.

Entretanto, isto se faz ao preço de negar as dimensões simbólicas inerentes à procriação, como também comentamos aqui, ao apresentar os argumentos das entrevistadas sobre a crença na experiência de maternidade como uma escolha, como uma opção. No momento da “produção independente”, a ênfase biológica, devido ao imaginário libertário daqueles anos, era na contracepção. Julgamos, porém, que este mesmo imaginário, veio legitimar os modos de pensar das novas tecnologias de reprodução.

Não assumimos aqui nenhuma postura crítica saudosista ou mesmo obscurantista que poderia nos levar ao absurdo de lamentar as descobertas da ciência! Apenas consideramos que, assim como a “produção independente”, as novas tecnologias de reprodução demandam urgentemente, uma discussão no campo da ética, que considere, sobretudo, as consequências para os sistemas de filiação e para o lugar da ancestralidade.

Referências

- Beauvoir, S. (1980). *O segundo sexo* (S. Milliet, Trad.) Europa do Livro. (Original publicado em 1949)
- Birman, J. (1997). *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (1990). La domination masculine. *Actes de la recherche en sciences sociales* (Vol. 84, pp. 4-31). Paris: Minuit.
- Duarte, L. F. (1995). Horizontes do indivíduo e da família. Em A. C. Ribeiro & C. Ribeiro (Orgs.), *Horizontes contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*.
- Dumont, L. (1993). *O individualismo: Uma perspectiva moderna* (Alvaro Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Zahar. (Original publicado em 1983)
- Ehrenberg, A. (1998). *La fatigue d'être soi*. Paris, Ed. Gallimard.
- Héritier, F. (1996). *Masculin/féminin, la pensée de la différence*. Paris: Gallimard.
- Hobsbawm, E. (1998). *Era dos extremos: O breve século XX* (R. Gómez, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1994)
- Freud, S. (1969). Sobre o narcisismo: Uma introdução. In J. O. Aguirre (Org.), *Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 75-171). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930)
- Freud, S. (1969). O mal-estar na civilização (J. O. Aguirre, Transl.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 75-171). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930)
- Laqueur, T. (1987). Orgasm, generation, and the problem of biology. Em T. Laqueur & C. Gallagher (Orgs.), *The social construction of the body* (pp. 1-43). Berkeley: University of California Press.
- Laqueur, T. (1990). *La fabrique du sexe*. Paris: Gallimard.
- Rubin, G. (1975). The traffic in women: Notes on the sexual politics of the body. In R. Reiter (Org.), *Towards an anthropology of sex*. New York: Monthly Review Press.
- Salém, T. (1985). A trajetória do «casal grávido»: De um sonho a uma realidade. Em S. Figueira (Org.), *Caminhos para a maternidade* (pp. 35-61). Rio de Janeiro: Editora Brasiliense.
- Schwarzer, A. (1985). *Simone de Beauvoir hoje*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Sennett, R. (1980). *Narcisismo y cultura moderna* (Jorge Larralde, Trad.). Madrid: Kairós. (Original publicado em 1977)
- Tort, M. (1995). Désir d'enfant ou offre d'enfant? *Psychologie clinique et sciences philosophiques et religieuses* (Vol. 17, pp. 59-69).
- Velho, G. (1988). Destino e projeto: Uma visão antropológica. In C. Ribeiro (Org.), *O destino* (pp. 79-81). Rio de Janeiro: Editora Zahar.